

DIMENSÃO DA CADEIA PRODUTIVA DA CARCINICULTURA BRASILEIRA

| ITAMAR DE PAIVA ROCHA

O leitor interessado em conhecer a dimensão da cadeia produtiva da carcinicultura brasileira, seus números e suas principais características estruturais, encontrará neste artigo dados atualizados e informações sucintas que, objetivamente, revelarão o que hoje significa para a economia brasileira o esforço dos pioneiros que há 20 anos iniciaram no Nordeste a produção comercial do camarão cultivado. Isso, depois de pelos menos 15 anos de pesquisas, testes de campo e validações tecnológicas com a espécie exótica *P. japonicus*, com as três espécies nativas da costa do Nordeste e, finalmente, com o camarão *Litopeneus vannamei*, oriundo da costa sul-americana do Oceano Pacífico, que demonstrou maior viabilidade técnica e econômica, sendo atualmente a espécie que domina 100% da carcinicultura brasileira.

A cadeia produtiva da atividade de cultivo de camarão do Brasil representa atualmente o segmento mais organizado do setor pesqueiro nacional e se compõe de quatro componentes principais:

- Laboratórios de maturação e larvicultura (produção de pós-larvas)
- Fazendas de engorda de camarões
- Centros de processamento/industrialização de camarões
- Fábricas de ração

A carcinicultura é ainda complementada pela participação das indústrias de fertilizantes nitrogenados e fosfatados, probióticos, bombas d'água, aeradores, aparelhos medidores da qualidade da água e outros insumos/equipamentos que formam parte do processo de cultivo do camarão. ▶



Foto: ABCC

I. Laboratórios de produção de Náuplios e pós-larvas

■ Número de Unidades

21

■ Capacidade Instalada para produção de pós-larvas

20 bilhões/ano

■ Produção de pós-larvas em 2011

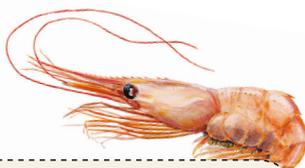
14 bilhões

■ Valor da produção

R\$ 77 milhões

■ Preço médio da pós-larva

R\$ 5,50/milheiro



Fonte: ABCC

II. Fazendas de engorda/produção de camarões

Com mais de 98% da infraestrutura produtiva concentrada na Região Nordeste, a carcinicultura apresenta as seguintes cifras

■ Número de fazendas em produção

1,3 mil unidades

■ Área de viveiros em produção

20 mil hectares

■ Produção em 2011

70 mil toneladas métricas

■ Produtividade nacional

3,5 mil kg/hectare

■ Preço médio do camarão (80-100)

R\$ 10 (na fazenda)

■ Valor da produção

R\$ 700 milhões

Os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte participaram com 70% da produção brasileira de camarão cultivado em 2011. Os 30% restantes foram distribuídos entre os Estados de Pernambuco, Paraíba, Piauí, Sergipe, Bahia, Maranhão, Pará e Santa Catarina.

O perfil da carcinicultura brasileira revela a seguinte distribuição por tamanho das unidades de produção, na qual participa majoritariamente o pequeno produtor (até dez hectares de viveiros):

*Pequeno Produtor	74% do total = 910 unidades
*Médio Produtor	23% do total = 300 unidades
*Grande Produtor	3% do total = 40 unidades
TOTAL	1.300 unidades



Fonte: ABCC



Foto: ABCC

III. Mão de obra ocupada pela carcinicultura brasileira

Estudo realizado pelo Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife/PE) revela que a carcinicultura (larvicultura, engorda e processamento do camarão), com o atual nível de tecnologia, gera 1,89 empregos diretos e 1,86 empregos indiretos (3,75 empregos) por hectare de cultivo. A carcinicultura é intensiva no uso da mão de obra e, nesse quesito, ocupa a primeira posição entre as atividades produtivas do setor primário da Região Nordeste.

Com 20 mil hectares em produção, a quantidade atual de emprego é a seguinte:

■ Empregos diretos
20.000 x 1,89 = 37.800

■ Empregos indiretos
20.000 x 1,86 = 37.200

Total de empregos gerados
75.000

VI. Unidades de beneficiamento de camarão

■ Quantidade
18 unidades

■ Capacidade instalada
de 800 a 1 mil toneladas/dia

■ Produção processada em 2011
30 mil toneladas

■ Preço médio do camarão processado
R\$ 1,88

■ Capacidade utilizada em 2011
40%

■ Valor do processamento
R\$ 56,4 milhões

Fonte: ABCC

Durante o período de 2000 a 2004, quando as exportações brasileiras de camarão chegaram a representar 75% da produção nacional, os centros de processamento de camarão foram utilizados em sua plena capacidade. Atualmente, com o crescimento da demanda interna para o camarão *in natura*, parte da capacidade instalada está ociosa. A plena utilização dessa capacidade instalada, pelo fato de demandar o uso de intensiva mão de obra, somente se viabilizará caso sejam adotados incentivos, especialmente a desoneração da folha de pagamento e a isenção do PIS/COFINS nas vendas internas e na aquisição de insumos (pós-larvas e ração). É importante destacar que em 2003, ano de maior volume/valor oriundo do camarão cultivado exportado (58,455 mil toneladas/US\$ 226 milhões), as indústrias de processamento de camarão geraram cerca de sete mil empregos diretos para a mão de obra feminina no meio rural do Nordeste. O que correspondeu a 14% do total de emprego direto gerado pelo setor no referido ano (50 mil).



Foto: ABCC

VI. Fábricas de ração

■ Número de fábricas - **12 unidades**

■ Capacidade instalada de produção - **12 mil toneladas/mês**

■ Produção consumida em 2011 - **98 mil toneladas**

■ Preço médio da ração - **R\$ 1,70/kg**

■ Valor da produção - **R\$ 166 milhões**



Resumo geral das receitas da cadeia da carcinicultura em 2011

RAÇÃO	Ton	98.000	R\$ 1,70	166.600.000
PÓS-LARVAS	milheiro	14.000.000	R\$ 5,50	77.000.000
PRODUÇÃO	ton	70.000	R\$ 10,00	700.000.000
PROCESSAMENTO	ton	30.000	R\$ 1,88	56.400.000
TOTAL				1.000.000.000

Fonte: ABCC

VII. Destino do camarão cultivado em 2011

Em 2011, praticamente, toda a produção nacional de camarão cultivado foi destinada ao mercado interno. Em cumprimento de cláusulas contratuais, uma quantidade inexpressiva (108 toneladas) foi exportada. No período de maior expansão da atividade (2000-2004), o Brasil chegou a exportar 75% da produção para os mercados dos Estados Unidos, Europa e Japão. Entretanto, a partir 2004, com a vigência da ação *antidumping*, movida pelos Estados Unidos contra o camarão de vários países, entre eles o Brasil, e a contínua valorização do Real ante o dólar, as exportações brasileiras perderam competitividade e sofreram reduções drásticas, de 58,455 mil toneladas em 2003 para 108 toneladas em 2011.

VIII. Agregação de Valor

No período de maior pujança das exportações (2000-2004), em atenção à demanda preferencial do mercado internacional pelo camarão cultivado do Brasil, houve um esforço considerável do setor privado para agregar valor ao camarão exportável mediante a realização de um amplo plano de capacitação e treinamento de mão de obra com a participação de instrutores tailandeses, vietnamitas e equatorianos. Na atualidade, para atender a demanda do mercado interno, o camarão vem sendo comercializado, em grande parte, no seu estado natural, o que de certa forma deprecia o preço final e diminui a vida de prateleira.

O desejável retorno do pleno processamento do camarão cultivado exige intensivo uso de mão de obra, o que agrega à folha de pagamento excessivos encargos que passam a incidir sobre a sua competitividade. Por isso, a desoneração da Folha de Pagamento das indústrias de processamento, associada à experiência adquirida pelo setor em agregação de valor e Boas Práticas de Manejo, será imprescindível para ampliação do espaço geográfico de distribuição do produto no mercado interno e, principalmente, para o retorno ao mercado internacional. 



Foto: ABCC

AQUICULTURA E PESCA: A NECESSIDADE DA DESONERAÇÃO FISCAL

| ITAMAR DE PAIVA ROCHA

A economia brasileira passa por um teste de solidez ao confrontar-se com a crise financeira que afeta os denominados países industrializados, com seus efeitos colaterais incidindo sobre o resto do mundo e afetando em particular os segmentos exportadores dos países emergentes, como é o caso do Brasil. Atento ao problema, o governo federal, dentro do modelo de manejo equilibrado da economia nacional, em momento de rara oportunidade anuncia medidas fiscais com objetivos claros de abrir mão de certos tributos como forma de melhorar e/ou manter a competitividade daqueles setores da economia mais atingidos pela crise.

Com o clamor do retrocesso que estaria ocorrendo no componente da indústria nacional voltado para o comércio exterior, um dos mais afetados pela crise, é compreensível a prioridade que as autoridades

governamentais estão atribuindo a quinze segmentos selecionados a nossa economia para aliviar o peso fiscal nos custos de produção, e com isso torná-los mais competitivos no âmbito nacional e do comércio exterior.

A isenção das contribuições do PIS/COFINS e a desoneração da Folha de Pagamento são os incentivos fiscais utilizados, os quais se mostram proativos com efeitos que se traduzem em benefícios imediatos para os setores recipiente das ações.

O que muita gente talvez não saiba e, portanto, consideramos oportuno lembrar é que alguns segmentos exportáveis do setor primário da nossa economia, também, têm sido objeto desses incentivos governamentais. É o caso das nossas carnes bovina, suína e de frango que participaram com US\$ 15,8 bilhões de um total de US\$ 46,4 bilhões das importações setoriais no mercado in-

ternacional em 2011, o que deu ao Brasil a incrível participação de 34% no plano global e o projeta como um dos principais fornecedores de proteína animal para alimentar parte considerável da população do mundo.

Entretanto, consciente da oportunidade e propriedade, o setor de pescado nacional como um todo - aquicultura e pesca - questiona por que não foi incluída no contexto desses benefícios, como forma de incentivar outra atividade primária que se mostra estratégica na geração de emprego e renda e na criação de oportunidades de negócios, além de representar uma excelente alternativa para a correção dos desequilíbrios macro regionais que ainda marcam o desenvolvimento do Brasil. Nesse contexto, embora a Região Nordeste se destaque como a maior produtora aquícola entre as macrorregiões do Brasil (34%), de acordo ▶



Foto: ABCC

■ Em 2011 a produção processada de camarão foi de 30 mil toneladas

que poderia ser um estopim estratégico para despertar o interesse empresarial pelo setor, ampliar a inclusão social no campo, incrementar a oferta no mercado doméstico e iniciar a abertura das comportas para as exportações setoriais.

No caso da carcinicultura marinha ou cultivo do camarão do mar, como o segmento mais organizado da aquicultura, cuja produção está concentrada no Nordeste com a atividade ocupando no setor primário o primeiro lugar na geração de emprego por unidade de área cultivada, o incentivo da isenção do PIS/COFINS e da desoneração da Folha de Pagamento teria o duplo benefício de melhorar a competitividade com o consequente aumento da produção para o consumo interno e para sua volta ao mercado internacional; e de contribuir para atenuar os desequilíbrios macrorregionais do Brasil.

Cabe então a pergunta: por que não incentivar a aquicultura e pesca com a desoneração fiscal e apostar nesse gatilho que poderia acionar o potencial do Brasil e permiti-lhe revelar mais uma de suas facetas de país emergente que, com recursos naturais, contribui para alimentar parte da população mundial?



“ O POTENCIAL PARA EXPLORAÇÃO DA AQUICULTURA É DE TAL ORDEM QUE SE EFICIENTEMENTE ATUALIZADO PODE TRANSFORMAR O BRASIL NA CHINA DO ORIENTE, EM TERRAS DE PRODUÇÃO DE PESCADO VIA AQUICULTURA ”

com estudo recente do Banco Nacional do Desenvolvimento (Bndes, Rio de Janeiro/RJ) o potencial para exploração da aquicultura é de tal ordem que se eficientemente atualizado pode transformar o Brasil na China do Oriente, em terras de produção de pescado via aquicultura.

As condições naturais do País para o desenvolvimento da aquicultura são inestimáveis. Com grandes rios, estuários tropicais e nove milhões de hectares de águas doce acumuladas em reservatórios públicos e privados, além de consideráveis aquíferos, o potencial do Brasil para o cultivo de pei-

xes e crustáceos está no mesmo nível ou chega a ser superior ao da pecuária bovina. Se esta afirmação gera dúvidas, basta uma breve abordagem analítica da dimensão e localização dos recursos aquícolas distribuídos no território pátrio, para que possa ser plenamente confirmada.

Vejamos, entretanto, a posição da aquicultura brasileira em uma simples comparação com a pecuária no contexto das transações financeiras globais. Se no comércio internacional das carnes bovina, suína e de frango, com um giro anual da ordem de US\$ 46,4 bilhões, o Brasil participa com US\$ 15,8 bilhões (34%), no de peixes, crustáceos e moluscos, cujo valor total chega à extraordinária cifra de US\$ 111 bilhões, a quota brasileira, apesar de seu enorme potencial, fica com a inexpressiva cifra de US\$ 245 milhões, ou 0,03% em 2011. O contraste é tão gritante que dele emana, quase que naturalmente, o desafio ao governo e da iniciativa privada, tipo provocação, para que confrontem a questão setorial dos cultivos aquícolas no Brasil com a abrangência e a profundidade que requerem, levando em consideração o fato que a China cuja produção foi da ordem 56 milhões de toneladas em 2009, um número 50 vezes maior de que a produção brasileira.

Algo deve ser feito para incentivar e mover a aquicultura brasileira. Sem pretender entrar no âmago do problema, considerando os positivos efeitos das recentes medidas fiscais adotadas, por que não estender sua aplicação à cadeia produtiva da aquicultura nacional? Não há maneira de fazer predições sobre o que aconteceria. Mas, bem



Foto: f&f

■ Itamar de Paiva Rocha é Engenheiro de Pesca (CREA 7226-D) e presidente da ABCC (abccam@abccam.com.br)